

A REFORMA AGRÁRIA COMO UMA NOVA FORMA DE OCUPAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO PARANÁ

Adélia Aparecida de Souza Haracenko – Universidade de São Paulo - USP
haracenko@zipmail.com.br

O objetivo do nosso esforço analítico neste ensaio recai sobre a territorialização dos assentamentos rurais no Noroeste do Paraná como sendo uma nova forma de ocupação, em que esta além de contribuir para a recriação do campesinato, mudou os ares regionais em termos de espaço ocupado. O trabalho de pesquisa tem mostrado que posterior a fase de ocupação através da colonização iniciada a partir da década de 1950 no Noroeste do Paraná, em uma fase mais recente, a partir de meados da década de 1980 uma nova forma de ocupação se faz presente nessa região. Trata-se das ocupações de terras desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que vão influenciar diretamente na nova forma de ocupação espacial desta região com o advento da desapropriação dos grandes latifúndios improdutivos e emissão de posse aos trabalhadores que fazem parte desse Movimento. Diferente da forma de ocupação do espaço geográfico, realizada oficialmente e pelas companhias colonizadoras privadas, em que a terra era loteada e adquirida por pequenos proprietários mediante pagamento, efetivando a colonização, esta nova fase da ocupação no Noroeste está vinculada ao contexto histórico paranaense de luta pela terra, que ao longo da história é realizada pelos camponeses excluídos do seu meio de trabalho, ou seja, a própria terra. É verídico o fato de que ao longo de nossa história, o latifúndio sempre foi peça importante no moldar-se da formação social brasileira. A luta contra essa forma de propriedade, acentuadamente reacionária, e que é responsável pela efetivação das formas mais perversas de dominação capitalista, também remontam ao longo da história brasileira, não sendo diferente nessa região do Paraná. É vinculada a este contexto social que esta nova forma de ocupação tem no seu bojo uma criação histórica em que os acontecimentos são resultados de um conjunto de causas, e nessas causas estão imbricadas a necessidade, o interesse e a resistência dos camponeses, sendo a principal causa a defesa da vida. O embrião da nova fase de ocupações que ocorreram no Noroeste do Paraná na conjuntura da década de 1980 está diretamente vinculado com a história dos camponeses de oito municípios do Oeste do Paraná, que foram desapossados mediante injustas indenizações das terras que lhes pertenciam e que seriam atingidas pelo alagamento do reservatório da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Toda a mobilização dos desapossados resultou no Movimento Justiça e Terra - MJT, que foi o germe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O vínculo do MJT com o MST se explica porque o primeiro foi, a partir de 1980 o embrião das lutas camponesas organizadas no Paraná. Outros movimentos foram desmembrado do MJT e tiveram sua atuação em várias regiões do Paraná. É do agrupamento e da atuação desses vários movimentos fragmentados que surgirá o MST, ator principal das atuações e da nova fase de ocupação no Noroeste. O papel do MST foi fundamental na organização da ocupação que se iniciou a partir dos primeiros anos da década de 1980 no Noroeste do Paraná. A partir dessa década as constantes ocupações, os vários conflitos envolvendo fazendeiros, governo do Estado e MST vão “mudar os ares” da região no que se refere à reforma agrária. Os constantes conflitos aliados à violência contra os agricultores foram fatos que contribuíram para que o processo de adiantamento da

reforma agrária caminhasse, visto que muitos grupos dos assentamentos já eram excedentes de outras regiões do Estado. A luta pela reforma agrária como uma nova forma de ocupação do espaço geográfico aparece no cenário da região Noroeste do Paraná quando os trabalhadores rurais aliados à conjuntura histórica de luta pela terra no Paraná visualizam nessa região os grandes latifúndios, os quais não cumpriam a função social da terra. Atualmente o espaço-território dos assentamentos no Noroeste do Paraná está dividido em três polos, ou na fala cotidiana dos assentados, em três brigadas¹, sendo elas: Polo de Querência do Norte, Polo de Terra Rica e o Polo de Paranacity.

O PÓLO DE QUERÊNCIA DO NORTE

A fase da nova ocupação espacial do Noroeste do Paraná através dos assentamentos rurais de reforma agrária, sem dúvida, têm no município de Querência do Norte² o *locus* de sua precursão. Atualmente, este pólo ou “brigada” possui 12 projetos de assentamentos divididos entre dois municípios, Querência do Norte e Santa Cruz do Monte Castelo. Essa divisão ocorre da seguinte maneira: no município de Querência do Norte estão os projetos de assentamentos denominados de: Pontal do Tigre; Chico Mendes; Che Guevara; Margarida Alves (ou 17 de Maio); Luiz Carlos Prestes; Zumbi dos Palmares; Santana (ou Unidos pela Terra) e Antônio Tavares Pereira. No município de Santa Cruz do Monte Castelo os assentamentos são: 17 de Abril; Oziel Alves Pereira; Paraná e Teixeirinha.

A gênese da “fase moderna” da ocupação das terras das fazendas pelo MST e que se tornaram assentamentos no município de Querência do Norte está vinculada ao contexto histórico paranaense de luta pela terra, e no município se inicia a partir de 1986, com a ocupação da fazenda Pontal do Tigre. Parte da população que foi assentada em Querência do Norte era de outros municípios e estas pessoas já tinham uma longa história de acampamentos pelo Estado do Paraná. Muitos grupos eram excedentes dos assentamentos que ocorreram no Sudoeste do Paraná, outros eram pessoas atingidas pela construção da barragem da usina de Itaipu, que se deslocaram para o Sudoeste e depois retornaram novamente a Querência (HARACENKO, 2002, p.141).

À frente de ressaltarmos as ocupações de terras realizadas pelo MST no município de Querência do Norte, procurando explicar todo um conteúdo histórico, convém lembrar que neste município, já no início da década de 1980 foi implantado um “assentamento de bóias-frias³”. Embora este assentamento, não tendo o MST na sua base e sendo implantado por iniciativa particular, ele já fazia parte da nova ocupação a qual estamos tratando, pois foram as condições de exclusão de trabalhadores rurais no município que levaram a iniciativa privada a realizar o assentamento, condições estas que não diferem das mesmas que levam os trabalhadores que fazem parte do MST,

¹ Uma brigada corresponde ao conjunto de assentamentos e acampamentos que estão vinculados a uma secretaria do MST. Por exemplo, no município de Terra Rica há uma secretaria, todos os assentamentos e acampamentos dos municípios vizinhos ligados a esta secretaria fazem parte da brigada de Terra Rica.

² Para um conhecimento mais aprofundado sobre a colonização, conflitos envolvendo questões fundiárias e sobre as ocupações de terras pelo MST no município de Querência do Norte e no Noroeste do Paraná, aconselho o leitor a dirigir-se ao nosso trabalho anterior, publicado em 2002, portanto, HARACENKO(2002); à dissertação de mestrado de GONÇALVES defendida em 2004 e aos trabalhos de SERRA, especialmente o artigo publicado em 2005.

³ O trabalho de Rosa (1999) traz um estudo específico sobre o assentamento de bóias-frias no município de Querência do Norte.

a ocuparem as áreas de latifúndios improdutivos. Segundo Rosa (1990, p.88), no ano de 1980, conforme dados do Departamento de Trabalhadores Rurais, em Querência do Norte havia aproximadamente dois mil trabalhadores que tinham como única e escassa fonte de renda o trabalho volante nos grandes arrendamentos de arroz do município. Este número de trabalhadores era a soma dos que habitavam na cidade de Querência do Norte como também no distrito de Icatu, patrimônio localizado próximo a cidade de Querência. Para agravar a situação, com as enchentes do Rio Paraná que ocorreram no ano de 1982 e 1983, os trabalhadores que habitavam as ilhas desse rio dirigiram-se para a cidade, aumentando dessa forma, o número de camponeses sem trabalho. Esse grande número de trabalhadores que em Querência do Norte, nesta conjuntura, encontram-se na situação de mão-de-obra sobrando traz no seu bojo uma consequência histórica que é a expulsão de posseiros das fazendas do município (principalmente da fazenda Pontal do Tigre) e da região, que ocorre a partir da década de 1960 paralelamente ao processo de colonização. Por conseguinte, esta situação de crise social com falta de trabalho para esse contingente de camponeses exigiu do sindicato dos trabalhadores uma atitude, e o levou a pressionar o poder público para que extensas áreas de terras, pertencentes a grandes proprietários ou empresas, que estavam sem uso ou sendo utilizadas de maneira ineficiente, fossem ocupadas com cultivo agrícola e desta maneira dar trabalho a quem não tinha. Remetendo-se a esse assunto Gonçalves (2004) afirma:

No contexto da crise social, coube ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município pressionar as autoridades locais e estaduais no sentido de elaborar projetos que concretamente gerassem postos de trabalho e renda para a ocupação dos trabalhadores, priorizando o trabalho permanente, quebrando assim a sazonalidade do trabalho e o processo de expulsão populacional (GONÇALVES, 2004, p.130).

E desta maneira, sob os auspícios da ADECON, no ano de 1983, segundo Rosa (1990) é implantado no Noroeste paranaense, o projeto de assentamento de bóias-frias. Ainda segundo a autora tratava-se de um “projeto piloto” de assentamento, isto porque, neste período da implantação do assentamento, embora houvesse no município grandes áreas com títulos de propriedades duvidosos, a ação prática de ocupações de áreas por sem-terras na região, ainda não estava ocorrendo, pois estas só vão se concretizar no município de Querência do Norte após a constituição do MST. Paralelamente a essas negociações de implantação do assentamento de bóias-frias em Querência do Norte, os movimentos de luta pela terra já estavam atuando no Oeste e Sudoeste do Paraná, e em 1984 é constituído o MST, e paulatinamente a luta pela reforma agrária no Noroeste do Paraná, neste período está na sua gênese. Segundo Serra (2005) é desse momento em diante que as atenções das lideranças do Movimento dirigem-se ao Noroeste, pois:

Motivos para isso não estavam faltando: o processo histórico da ocupação regional havia transformado esta porção do Noroeste do Paraná em espaço ideal para a reforma agrária que se pretendia desenvolver. Além da exclusão social, que havia se transformado em marca registrada no Extremo Noroeste, dois outros itens serviam como referência, tendo em vista o deslocamento da luta até então concentrada na região Oeste: o domínio quase absoluto do latifúndio, assentado em grandes áreas de pastagens, com baixo ou nenhum índice de aproveitamento econômico e a titulação duvidosa da terra, com destaque para as áreas em poder de grileiros e as áreas “presenteadas” aos correligionários políticos pelo ex-governador Moisés-Lupion (SERRA, 2005).

Para reconhecimento da área (fazenda Pontal do Tigre) que seria num futuro próximo ocupada, o

senhor Benedito Gomes⁴ que naquele momento estava acampado em uma fazenda no município de Ponta Grossa relata:

Aí quando chegô um certo dia ele falou assim: “olha não tem ária arrumada prá vocês, e a única oportunidade que eu tô veno é Querência do Norte”, falava o governo né, porque era o ITCF, o órgão do governo responsável, daí ele disse assim: “vocês se tiverem coraje, só que lá tem fazendero e jagunço”, daí a gente falô assim: “nóis que já tamo lascado e sofrido qualquer coisa serve, uma veis que nós vamo prá defendê o nosso direito, desde que nós tenha um aval prá pude í prá lá. E assim viemo oiá, eu vim oiá, eu e mais dois cumpanheiro viemo oiá a área, pelo menos prá vê se tinha água mesmo conforme eles dizia. A área é rica em termo de água né, e aí voltando prá lá a gente comunicô o grupo, falô como era: “ó pelo menos lá a água é fácil de fazê um poço, com 2 metro ele já dá água, e uma água boa, limpa, e eu nunca vi um lugar tão plaino como é Querência do Norte, só que tem uma dificuldade, já tem gente agrupada lá, mais a área é bastante grande, cabe nós e mais um pouco ainda” (GOMES, 2001).

Nesse período, um agravante preocupava as lideranças do MST, segundo Serra (2005), pois uma parte da fazenda que iria ser ocupada estava sendo explorada sob a forma de arrendamento pelos pequenos arrendatários, os produtores associados da ADECON que embora já estando com seus contratos de arrendamento vencidos, permaneciam na área e demandavam o direito de serem assentados. O antecedente histórico de ocupações das famílias vinculadas ao movimento, que estavam em acampamentos no Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, e que daquele momento em diante iriam ocupar a Fazenda Pontal em Querência é relatado pelo Sr. Benedito Gomes.

Então falano um pouco da história do acampamento, a gente veio de uma região do Oeste do Paraná. Nisso começou uma discussão na região de São Miguel do Iguazu, entre Medianeira, que já existia o movimento naquele tempo, o nome dele era Mastes, não era MST, daí a gente começou a participar, aí eu fui acampá. Ia tê uma festa de inauguração da praia, e agente acampô numa parte dessa praia. Isso foi em final de 84 começando 85 em São Miguel do Iguazu com 1100 famílias mais ou menos. Foi numa época ainda em 85, saiu uma área que era o assentamento Sávio em São Miguel do Iguazu, mais só cabia 56 família, aí o restante ficou alí né, esperando a oportunidade que saísse a terra. Num saía terra e o governo num veio negociá, e ia enrolano, virô uma certa altura você tê uma discrência, aí a Pastoral da Terra dizia que tinha que se aglomerá mais e fazê uma nova tática de luta, que seria começá mesmo í pra cima das áreas onde se que descobre que tá ilegal. Então foi onde se reuniu primeiro 8 acampamento, e a gente fez uma grande ocupação na Fazenda Padreira no município de Matelândia com 880 família. Isso deu um grande ridibú no Estado, aí começou saí as arinha, saiu em Ortiguera, saiu prá Cantagalo, foi se espaticano o pessoal por região. Mas sempre sobrava o pessoal, que nem no nosso caso sobrou ainda 270 família, então a gente ficou a peregriná pulando de um lugar para outro, até que nós fumo numa terra que é da União, na Vila 19, nós tinha esperança de se assentamento nosso, mais é claro que os fazendero já tava trabaiano, e aí acabô passano pos fazendero. E nós vinhemo pá Ponta Grossa onde fica uma fazenda chamada Reserva que o governo desapropio pá fazê um assentamento, aí comecemos a negociá, porque num tinha água, num dava estrutura suficiente pra tê as pessoa que tava alí que era demais. Aí chegô um certo ponto que o governo Álvaro Dias e os Atalla já tinha uma briga com essa terra aqui, daí quando chegô um certo dia já tinha 47 família aqui e mais 87 que é Adecem e outro grupo de 30 família, mais eles tava segurano o embalo porque eles queria outra coisa que era uma política que tinha no meio, que tinha os grande arrendatário aqui, que prantava arros né (GOMES, 2001).

Nos acampamentos em que estavam no Oeste e Sudoeste do Paraná, as famílias já passavam pelas dificuldades cotidianas provenientes de um acampamento, mas estas ficaram ainda maiores quando foi decidido que viriam para a Fazenda Pontal do Tigre em Querência, pois a distância a qual se encontravam, a dificuldade financeira e a falta de recursos para o deslocamento foram fatores limitantes, como relata o Senhor Benedito: “Aí tinha que campíá recurso prá vim, porque eles disse: ‘vocês vão prá lá, mais eu num ajudo com recurso nada, vocês se virem’. Aí a gente foi campíá nas

⁴ O Sr. Benedito Gomes (Seu Dito), como é conhecido, é assentado no Assentamento Pontal do Tigre. Faz parte de um grupo coletivo de 13 famílias que fundaram a Cooperativa de Produção Agrícola Conquista - Copaco. Concedeu-nos a entrevista no dia 27-5-2001, em sua residência.

entidade recurso, arrumá um dinheiro que dava o ônibus ou caminhão pá pode vim” (GOMES, 2001). Essas famílias eram provenientes de acampamentos dos municípios de Castro, Reserva, Capanema e Amaporã, sendo este último próximo do município de Querência. Sobre a Chegada das famílias à Querência o Sr Benedito diz: “Daí a gente veio e se instalemo aí, ocupemo a curva aqui na curva da estrada, nesse matinho e fiquemo alí, porque os arrendatário tava cheio de produção, tava cabano de cuiê as lavora” (GOMES, 2001).

Durante o período de acampamento, muitas foram as dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas, complexidades em todos os sentidos: desentendimentos entre os grupos; perseguição, moradia e alimentação. Sobre o relacionamento das famílias que chegaram à Querência com as que lá já estavam, aquelas associadas à ADECON, Anghinoni(1998), diz o seguinte:

Eu e mais um grupo de trezentas e poucas pessoas faz 10 anos que estamos aí, nós viemos de regiões diferentes, e se encontramos aqui, e incrível que o nosso grupo, uns vieram através do Álvaro Dias, outros vieram através do Caíto Quintana, outros vieram através de prefeito aqui da região, e nós viemo através da organização, e tinha um grupo que era arrendatário na área, e que no ano que nós chegamos venceu o contrato, e pessoas daqui e o próprio fazendeiro tavam tirando eles de cima, aí nós falamo “não, pode pará”, inclusive nós tivemos muitos conflitos, nós brigamo muito, pegamos muitas vezes a foice prá nós se cortá um com o outro, porque? Devido idéias, influências, o prefeito dizia isso prô povo “não se junte com esse povo do Movimento, isso aí é bicho”, e a gente se conflitava. Aos poucos a gente foi se conhecendo, e a gente viu que o inimigo não tava entre nós, o inimigo tá lá fora, então nós se junta ou nós se espatifamo, isso foi tempo (ANGHINONI, 1998).

Se a falta do meio pecuniário para o deslocamento até Querência, foi num primeiro instante um fator limitante que contribuiu para aumentar os obstáculos, o que viria depois se tornaria desafio até para a sobrevivência. Gonçalves (2004, p.175), e Serra (2005) listam esses desafios afirmando que primeiramente a área ocupada estava sob a posse dos pequenos arrendatários da Adecon, aqueles do assentamento de bóias-frias, que lutavam para se manterem na área, como também dos grandes e médios arrendatários que cultivavam arroz nas extensões de várzeas nas terras da Pontal. Não havendo entendimento entre os acampados e os arrendatários médios e grandes, estes últimos, num total de 235 foram expulsos da área pelos recém-chegados, abandonando suas áreas, nos quais produziam arroz.

Não havia uma homogeneidade entre os grupos. Alguns grupos como era o caso do pessoal vindo dos municípios de Reserva e Castro, tinham experiência em mobilizações, pois já haviam participado de militâncias nas ocupações no Oeste do Paraná, o pessoal de Amaporã já possuía experiência transmitida pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. Outro grupo, como é o caso de Capanema era despreparado e contava com problemas de liderança na organização interna. Essa falta de organização entre os grupos, gerou dificuldades iniciais.

Outrossim a presença dos sem-terra no município de Querência causou um grande impacto no poder público municipal e regional, porque a área ocupada, travava os interesses do prefeito municipal, dos vereadores e evidentemente dos irmãos Jorge Woney Atalla e Jorge Rudney Atalla, que eram proprietários da área. Esse conjunto de opiniões negativas dos que mantinham um poder sobre a área contra os sem-terra, influenciou diretamente e negativamente a opinião pública. Eis um depoimento que confirma tal opinião:

A entrada do movimento sem-terra não foi muito bom não, principalmente prá lavoura de arroz, que aqui era a capital do arroz né, então essa 29 que eu falei era toda arrendada pelo povo de Querência do Norte, pelos moradores daqui, então eles tinham arrendamento e plantavam arroz, aqui na época das colheitas de arroz o asfalto aqui era tudo cheio, eles secavam o arroz

na rua, no asfalto, e muito dinheiro, nossa, o comércio era uma abundância, no fim os sem-terra vieram, começaram a tomar as terras, invadiram e tirou essas pessoas da terra e muitos foram embora, então foi um atraso para Querência, eu acho que foi um atraso. Querência do Norte já é o fim da etapa, é a última cidade antes do rio Paraná, ela teve um grande atraso econômico com a invasão dos sem-terra, eu achei que não foi bom não. Eles invade as terra, invade as casas dos fazendeiros, isso aí é uma calamidade, eles vem na cidade manda fechar o comércio, fecha a prefeitura, fecha banco, se acampam na praça, ficam ali. Agora faz tempo que eles não faz isso, mas no começo era assim, e o povo então no início começou a dar força pra eles, achavam que eles tinham todo o direito, mas agora eles tão abusando também, tão abusando demais (entrevista realizada em 19-04-2001, sem identificação da pessoa apud HARACENKO, 2002, p.158).

Após encerrado este capítulo que envolve os vários episódios de dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas na Pontal do Tigre, as famílias passaram a esperar e a ficar na expectativa que saísse a desapropriação da área e a emissão de posse. Serra (2005) afirma que “A desapropriação, que desencadearia a emissão, estava na dependência do Judiciário decidir a favor ou contra o pedido de reintegração de posse interposto pelos proprietários”. A justiça foi favorável aos camponeses. O decreto de desapropriação da fazenda saiu no mês de março de 1995, o auto de emissão de posse em outubro do mesmo ano. A fazenda Pontal do Tigre foi dividida seguindo um critério de agrupamento das pessoas, conforme o grupo de ocupação a que eles pertenciam. Esse grupo, normalmente, levava o nome da localização da região do Paraná de onde vieram. Desta forma, dentro da fazenda existe os lotes do Grupo Reserva, Grupo Adecom, Grupo Capanema, Grupo Castro e Grupo União. A grande extensão da propriedade, agora dos camponeses, facilitou essa divisão. A forma como os grupos estão divididos no espaço da propriedade é explicada pelo senhor Benedito. “Aí começô a divisão de grupo, aí os Capanema foram na parte de baixo, que é na beira do rio lá em baixo, e nós do Grupo Reserva ficô nesse meio, Castro ficô num outro mais adiante, e Amaporã ficô aqui no começo que entra na área” (GOMES, apud HARACENKO, 2002, p. 144). A criação do projeto de assentamento Pontal do Tigre ocorreu no dia 19 de dezembro de 1995, legalizando o assentamento e regularizando a situação de famílias que ficaram praticamente 8 anos acampadas e no compasso de espera.

Por iniciarem uma ocupação que teve suas raízes no início da década de 1980 em outros municípios e pelos aprendizados diante das dificuldades na ocupação, compartilhamos da expressão utilizada por Serra(2005), quando o autor diz que os camponeses da Pontal, “são considerados pioneiros no processo de reforma agrária no Extremo Noroeste do Paraná”.

Após estabelecida a demarcação pelo INCRA, a antiga fazenda Pontal do Tigre, possuindo uma área de 8.096,10 hectares, pertencente a duas pessoas, agora metamorfoseada a duras penas pelos camponeses no Assentamento Pontal do Tigre, dá espaço de moradia e trabalho a 336 famílias.

A ocupação da fazenda Pontal do Tigre, constitui um marco da territorialização do MST e das lutas camponesas em Querência do Norte e conseqüentemente no Noroeste do Paraná, porém, não menos importante nesse contexto é a ocupação da Fazenda Porangaba I, localizada neste mesmo município.

No ano de 1994, numa fase posterior à ocupação da Pontal, ocorreu a primeira tentativa de ocupação da fazenda Porangaba I, embora alguns militantes já conhecessem toda a estrutura de organização do MST, essa primeira ocupação não teve êxito, porque era um grupo pequeno de famílias, sendo que a maioria delas não possuía experiência em ocupação. Ocuparam e no mesmo dia foram despejados do local pela polícia. Para adquirir experiência, a única solução foi agrupar-se com mais

famílias que já possuíam experiência em ocupação, e então no ano de 1995 esse mesmo grupo, agora maior e organizado, com cerca de 400 famílias, ocupou pela segunda vez a área.

As famílias instalaram acampamento na sede da fazenda, e pelo fato de serem muitas, e segundo depoimento de Edilsom Peixoto⁵, o acampamento acabou virando “uma pequena cidade dentro da outra”. Diante da quantidade de pessoas acampadas e da falta de recursos para se manterem, as dificuldades não tardaram a aparecer. As famílias não tinham condições de comprarem lonas e alimentação, diante disso, a saúde principalmente das crianças foi afetada, pelo fato do acampamento estar localizado próximo a um rio, e tendo também o rio Paraná a pouca distância, “tinha aquele mosquito da leishmaniose, tinha bastante, começou dá nas crianças, foi um problema sério mesmo” (PEIXOTO, 2001). Quando ocorreu a ocupação da Porangaba, a fazenda já havia sido desapropriada para fins de reforma agrária pelo governo federal juntamente com outras no município desde o ano de 1985. Sobre o assunto da desapropriação Edilsom diz:

Quando nós entramos aqui, essa fazenda já tinha sido desapropriada pelo governo federal por improdutividade, ela ficou abandonada muitos anos, sem ninguém pagar imposto, então nós aqui em Querência, que éramos nascidos aqui, nem sabíamos da história dessa fazenda, lá em Brasília já tinham desapropriado a fazenda, e estava aqui a fazenda usando uma coisa que não era mais dela porque o governo já tinha desapropriado. E depois dessa então, apareceu vários outros fatos que tinham desapropriado em Brasília, mais as autoridades do Estado não chegava com esse decreto aqui prá chamá, vamos dizer assim, prá selecioná as famílias prá assentá. Enquanto não foi feita a ocupação pelo MST, não se foi mostrado a verdade (PEIXOTO, 2001).

Durante o período de acampamento na Porangaba, muitas das famílias acampadas estiveram envolvidas em outras ocupações, porque sendo em 400 famílias na fazenda seria praticamente impossível permanecerem todas ali. Por mais bem dividida que fosse, apenas 60 famílias caberiam na fazenda, então os grupos começaram a procurar outras áreas que assim como a Porangaba estavam na mesma situação de irregularidade, então dali saíram grupos que se destinaram para a Fazenda Saudade, em Santa Isabel do Ivaí, grupos que foram para a Fazenda Porangaba II, e grupos que se deslocaram para a fazenda Monte Azul, sendo que estas duas últimas eram em Querência do Norte. Essa saída de Querência a partir de 1995 dos grupos de acampados intensificou as ocupações que ocorreram no Noroeste do Paraná e conforme Serra (2005), “na mesma proporção vai ser intensificada a reação dos fazendeiros e a violência no campo.” Fato que vai marcar o primeiro grande episódio de violência contra acampados.

Depois de um conflito muito forte que a polícia fez em Santa Isabel do Ivaí, o governo do Estado Jaime Lerner e o secretário Cândido Martins mandou a polícia atirar nuns 50 trabalhadores que estavam acampado na Fazenda Saudade, o próprio secretário de segurança ligou pró comandante, e falou: “atira na perna deles”. Nós tivemos a oportunidade de acompanhá parte da negociação com o secretário de segurança. Nesse conflito na Fazenda Saudade em Santa Isabel, saiu 17 pessoas feridas a tiro pela polícia militar, depois que o governo estava com aquele monte de ferido, pessoas que ficaram paralisadas, uns perderam a perna, outros perderam o movimento do braço, porque foi atingido a coluna, o governo do Estado naquela época se obrigô a pressioná o governo federal fazê a reforma agrária em Querência, que até então não tinha nenhuma área assentada em Querência, isso foi em novembro de 95. Essa Fazenda Saudade foi desapropriada junto com a Porangaba I aqui, na época, e voltou prá mão do fazendeiro. Devido esse conflito, o governo se obrigô a fazê reforma agrária aqui na região, tinha mais de mil famílias aqui, e não tinha um palmo de terra de assentamento, aí foi quando saiu a emissão de posse aqui da Porangaba I, nem a Pontal do Tigre que já tinha sido ocupada em 84 não tinha saído ainda (PEIXOTO, 2001).

⁵ Edilsom Aparecido Pereira Peixoto, conhecido por Peixoto, é assentado no assentamento Chico Mendes, antiga Fazenda Porangaba. Concedeu-nos a entrevista no dia 2-6-2001 em sua residência.

Segundo o entrevistado, esse conflito, gerou uma polêmica em nível nacional em relação a questão da reforma agrária na região, e infelizmente esse episódio contribuiu para o andamento das negociações, visto que entidades de direitos humanos, inclusive internacionais, condenaram a ação do governo do Estado do Paraná, por ter travado uma batalha de policiais armados contra trabalhadores desarmados. Embora as ocupações da Pontal do Tigre e da Porangaba tenham ocorrido em períodos diferentes uma em meados da década de 1980 e outra em 1995 respectivamente, existe um elo que liga essas duas ocupações, “o conflito”. Infelizmente, foi a partir desse conflito, que saiu a emissão de posse para os acampados da fazenda Porangaba a ser transformada no Assentamento Chico Mendes e também a criação do assentamento Pontal do Tigre. O assentamento Chico Mendes foi criado em 18 de dezembro de 1995 e o Pontal do Tigre em 19 de dezembro do mesmo ano.

A partir da ocupação da fazenda Pontal do Tigre precursora das ocupações, e da Porangaba, que no Noroeste se expande a ocupação dos latifúndios improdutivos, tais ocupações vão dar a esta região uma nova forma de ocupação espacial através dos assentamentos rurais.

O PÓLO DE TERRA RICA

O Pólo de Terra Rica, é composto por 13 assentamentos, divididos em 7 municípios. Esses projetos de assentamentos que fazem parte deste pólo encontram-se divididos da seguinte maneira: no município de Terra Rica estão os assentamentos nominados de: Santo Antônio das Águas do Corvo I, Nossa Senhora da Penha, Vida Nova, São Paulo e Sétimo Garibaldi. No município de Nova Londrina há o assentamento Brizanta. No município de Marilena os assentamentos são: Santo Ângelo, Quatro Irmãos e Sebastião Camargo Filho. No município de Mirador há o assentamento Monte Azul. No município de Amaporã o projeto de assentamento é denominado Antônio Conselheiro. No município de Planaltina do Paraná há o projeto de assentamento Sumatra e o pré-assentamento Milton Santos. No município de Santa Mônica o assentamento é denominado de Ildo Luiz Perruzo. Esses assentamentos estão todos vinculados à secretaria do MST, localizada na cidade de Terra Rica. Segundo Paulo de Marck⁶ a secretaria:

tem o papel político de centralizar todas as informações e repassá-las para os assentamentos, conta com um grupo de companheiros militantes que se dedicam no dia-a-dia para realizarem estas e outras tarefas. Também contamos com um grupo técnico de quatro companheiros que prestam assistência técnica aos assentados. A secretaria também serve de referência para com toda a sociedade. Também está equipada com estrutura de trabalho, telefone, fax, computador, biblioteca, veículos; dois carros e duas motos (MARCK, 2005).

A história da ocupação das terras dos assentamentos que compõem esse polo, ou essa brigada, como assim prefere chamar os assentados, não difere uma da outra em termos de luta pelo acesso à terra. Grande parte dos trabalhadores assentados, ou são vindos dos municípios do Sudoeste do Paraná, de onde já tinham uma certa experiência em acampamentos, ou são brasiguaios, trabalhadores brasileiros, que foram ao Paraguai à procura de trabalho, não encontrando, retornaram mais pobres do que já estavam, e aderiram ao MST, como é o caso do assentamento Brizanta no

⁶ Paulo Espedito de Marck é membro da direção do Polo (da brigada) de Terra Rica, é assentado no assentamento Sétimo Garibaldi no município de Terra Rica. Concedeu-nos a entrevista no dia 1 de junho de 2005 na secretaria do MST em Terra Rica.

município de Nova Londrina em que as famílias assentadas são todas brasiguaias.

O processo de ocupação das terras que vai desencadear nos assentamentos de reforma agrária do município de Terra Rica têm sua marca histórica na ocupação da Fazenda São Joaquim, atual assentamento Sétimo Garibaldi.

As famílias que destinaram para Terra Rica já estavam a algum tempo acampadas no município de São Miguel do Iguçu, eram aproximadamente 450 famílias. Essas famílias, a maioria brasiguaias, diante das várias dificuldades enfrentadas ao longo dos anos de acampamento já estavam sem expectativas de serem assentadas, muito menos, sem saber qual seria a sua direção dentro do Estado do Paraná para continuarem lutando. Porém um certo dia receberam a visita de lideranças da frente de massa do MST do município de Querência do Norte, e segundo o Senhor Olmiro de Conte⁷ (2004) disseram: “óia, o destino de vocês é lá pá banda de Querência”. A partir desse momento muitas negociações foram realizadas entre as famílias acampadas, como por exemplo: quais delas estavam interessadas em sair de São Miguel do Iguçu e como iriam fazer para se deslocarem. Segundo Gilmar Kieling⁸ (2004): “Aí houve muita polêmica, por causa da região do arenito, a gente não era dessa região desconhecida né, a gente era da terra roxa do Sul lá. Aí, dessas 450 família, teve mais ou menos umas 350, que concordô de vir prá cá. Então a gente veio”. Sendo camponeses sem terra, continuaram “seu devir histórico: a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade da sua reprodução, a fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo”(OLIVEIRA, 2002, p.53).

Após resolvida essa etapa, aproximadamente 320 famílias se deslocaram de São Miguel do Iguçu com destino a Terra Rica e acamparam na Fazenda São Joaquim no dia 9 de outubro de 1998. Esse mesmo grupo de famílias que a princípio acamparam na fazenda São Joaquim, percebendo a quantidade de pessoas que ali estavam, e que a área não seria suficiente para todas as famílias, sabendo de outras fazendas no município que já estavam desapropriadas para fins de reforma agrária, dividiram-se e ocuparam as fazendas: Santo Antônio das Águas do Corvo, sendo que a fundação do assentamento ocorreu no mesmo ano, em 31-12- 1998; Nossa Senhora da Penha, cuja criação do assentamento ocorreu em 31-12-1998; São Paulo, com a efetivação do assentamento também em 31-12-1998 e Santa Lúcia, na qual a criação do assentamento Vida Nova se dá em 25-11-1999: “A primeira área que nós ocupamo foi a que é hoje o assentamento da Sétimo Garibaldi. Aí nós ficamo 8 dias alí até que o restante do pessoal chegô. Dalí nós viemo aqui prá antiga fazenda Santa Lúcia, hoje assentamento Vida Nova” (KIELING, 2004).

As famílias restantes que permaneceram na Fazenda São Joaquim foram despejadas da fazenda no mês de abril de 1999. Após esse despejo, essas famílias foram acolhidas no já então constituído

⁷ O Senhor Olmiro de Conte, fez parte da coordenação das primeiras famílias que vieram de São Miguel do Iguçu para Terra Rica na ocupação da Fazenda São Joaquim. Atualmente ele é assentado nesta antiga fazenda, atual assentamento Sétimo Garibaldi. Nos recebeu em sua residência no dia 19-06-2004 onde nos concedeu a entrevista.

⁸ Gilmar Luiz Kieling também veio São Miguel do Iguçu para Terra Rica. Ele mais um grupo de pessoas não permaneceram na fazenda São Joaquim, ocupando a fazenda Santa Lúcia, atual assentamento Vida Nova. Ele nos recebeu na sede do assentamento Vida Nova no dia 03-07-2004, onde nos concedeu a entrevista. Nesse período ele era coordenador do assentamento.

assentamento Água do Corvo.

Uma vez que havia esse contingente de famílias, era necessário prosseguir o caminho na batalha por um “lugar ao sol”, então essas famílias peregrinaram para Querência do Norte e ocuparam a Fazenda Rio Novo, ficando lá acampadas por três meses. Como também era muito grande a quantidade de famílias acampadas, esse mesmo grupo retornou à Terra Rica e ocuparam a Fazenda Cobrinco, um latifúndio que pertencia ao município de Terra Rica e Guairaçá. Essas famílias entraram na Fazenda Cobrinco no ano de 1999 e foram despejadas novamente no dia 6 de março de 2000. Nesse despejo da fazenda Cobrinco, as famílias não foram poupadas da violência por parte de aproximadamente 1.200 policiais, e segundo um senhor que sofreu a ação, o episódio aconteceu da seguinte maneira:

Nóis tinha razão de umas 180 família. Mais eles chegaram e fizeram tipo dum massacre em nós, eles não respeitaram mulheres, nem respeitaram home, nem respeitaram criança, soltando bomba e machucaram muita criança. Muita criança machucaram que eu acho que tem até uma fita de vídeo gravado que foi feito uma perícia em Curitiba e não apareceram esses resultados ainda, onde que tem criança machucada que eles machucaram, daí umas parte dessa eles só vê o lado contra os coitados dos sem terra, mas o lado da sujeira deles, eles não vê, compreende? Daí nós saímos, despejamos nós tipo nesse caminhão boiadero carregava nossas coisas. Como diz, os sem terra tem pouca coisa mesmo, era tudo jogado qui nem...de cima dos caminhão, jogado assim... e daí queriam despejar nós lá naquela vila rural que tem em Terra Rica lá, decerto pá dá um conflito assim de miserável contra miserável, entende? E daí foi dado a cara que não e não, eles sortaram nós no ginásio de esporte (CONTE, 2004).

Após esse episódio de despejo as famílias, por não terem onde ficar, instalaram-se no ginásio de esporte da cidade de Terra Rica, contra a vontade do poder público. Como a situação estava insustentável para essas famílias a coordenação do MST se reuniu com as pessoas da organização dessas famílias e decidiram novamente ocupar a Fazenda Cobrinco.

Sei que em 6 dia que despejamos nós, nós reocupamos ela, e tinha 32,33 jagunço dentro, e daí deu um tiroteio muito grande, mas os tal de segurança da fazenda, que é tudo jagunço, não aguentaram, tiveram que abrir e daí ficamos ali, daí ficamos mais em março. Dia 4 de dezembro já do ôto ano fumo despejado de novo (CONTE, 2004).

Esse novo despejo, embora houvesse um policiamento em grande quantidade, foi acordado com o comandante que haveria uma saída tranquila, sem violência. Os acampados pediram que não rasgassem suas lonas e que não quebrassem seus objetos. O acordo foi cumprido somente no instante da negociação. Os policiais pegaram essas famílias e rodaram com elas pelos municípios do Noroeste e as “jogaram” no assentamento Brizanta, no município de Nova Londrina. Como as famílias que já estavam assentadas não aceitaram essas famílias despejadas, os policiais trouxeram novamente essas famílias para Terra Rica, esperaram anoitecer e as levaram para o assentamento Água do Corvo.

Quando nós chegamos, tinha um reforço de policiamento ali esperando nós, chegô, disseram assim “aqui os despejados e os assentados vai tudo pô pau, aqui tudo tem que ficar bonzinho, e pegava nossos objetos e jogava de cima do caminhão. Foi um companheiro e disse assim “escuita vamos de gavar, com mais jeito” o policial falou assim “oceis são costumados entrar na fazenda e quebrar tudo do fazendeiro, e agora tão se preocupando com isso aí, jogue, pode jogar tudo de lá” (CONTE, 2004).

As famílias ficaram no assentamento Água do Corvo por aproximadamente dois meses. Após esse período foram para a área de reserva do assentamento São Paulo, um assentamento que fazia divisa com a fazenda Cobrinco, antiga área ocupada. Ficaram na ansiedade da espera que fosse desapropriada alguma área no estado do Paraná, então surgiu uma emissão de posse no município

de São Jerônimo da Serra, município localizado no Norte Pioneiro Paranaense, e para lá seguiram 78 famílias.

Das famílias que saíram do município de São Miguel do Iguazu para ocuparem a Fazenda São Joaquim, nesse período muitas conseguiram fixar-se em outras áreas, dentro do limite municipal ou em outros municípios do estado, porém parte dessas famílias era sempre remanescente, como é o caso das famílias que não se deslocaram para São Jerônimo da Serra e permaneciam na área de reserva do assentamento São Paulo.

Após alguns anos de trajetória pelo Noroeste do Paraná, parte das famílias remanescentes da primeira ocupação na fazenda São Joaquim no município de Terra Rica, conseguiram fixar-se nela. O desfecho da história dessa fazenda, para chegar a ser o assentamento Sétimo Garibaldi é relatado pelo Sr. Olmiro:

Isso aqui prá mim é um sonho, coisa que nós nunca esperava, de repente a São Joaquim saiu. Como ocêis vê aí, esse acampamento aí é do MST, é uma organização. Ali fora, perto da cidade tem ôta, que é de um tal de MAST, bandera branca, mais eles são iludido pelo prefeito, e de certo o prefeito deu uma assoprada prá eles, pegaro e se acamparo na frente da fazenda aqui, entende? Tinha uns 70 barraco aí, até esse primeiro portão tava trancado com 3 barraco. E daí o nosso povo, como eu fui coordenador véio, antigo, o povo me cobrava muito, dizia “escuita, o que que ocêis tão fazeno? Ocêis tão de boca aberta, nós vamo perdê, já perdemo a fazenda pô MAST, os cara tão lá de frente”. Eu tinha que inguli a coisa e ficá queto, comprede? Mas tudo têm as hora certa de chegá, porque nós tava esperano o quê? Tava esperano a emissão de posse pá nós pode entrá. Nós não podia entrá sem a emissão de posse comprede?

Daí foi um dia e apareceu o Divaldo e ôto cumpanhero, um tal de Lairto, chegô tudo a militância dento do meu barraco, e eu tava muito pressionado pelo povo. Nós cunversano, daí eu perguntei prá ele “mais Divaldo, me diga uma coisa, eu tô sintino uma pressão grande do povo aqui, e o povo me cobrano fica ruim, o povo tá que tá, tão ansiado, cumé que tá a situação daquela área?” Daí ele falô pra mim “óia a situação daquela área tá o seguinte: tá mesma coisa que uma mulher esperano criança, tá de hora por hora, pode se hoje, pode se amanhã”. Aí eles foro posá num ôto assentamento, quando foi a meia-noite chegô um caminhão boiadero de Paranacity. Daí chegô o caminhão e disse assim, “questão de 1 hora teje todo mundo de mochila pronta que nós vamo acupá a São Joaquim, tá na hora, chegô a emissão de posse”. Daí passemos de madrugada em Terra Rica, mais tinha que passá por esses bandera branca ali que tava na frente. E daí veio um da militância, com um golzinho, como diz batendo o carreador. Chegô ali, passemos pelo MAST de madrugada, nenhum viu. Mas tinha que enfrentá aqueles 3 barraco que tava na frente do portão. O caminhão manobrô, e quando viu foi de frente pô portão, sê um cumpanhero ia desembarcá pisava em cima do barraco deles. E daí já o machado pegô na coisa do portão e entremo, entremo e ocupemo e eles ficaro de bobera alí. E aonde que fiquemo aí.

Só demorô um poco pá medi, até que consegui medi. Agora cada um que foi feito a avaliação pá ficá aqui na área tá aí. Cheguelo em 38 familia.

Sei dizê que a nossa luta, foi uma luta muito cansada muito sofrida (CONTE, 2004).

O que depreendemos nesse relato, é que embora tenha havido a luta pela terra, houve também a luta pela competitividade dos diferentes grupos de sem terra na ocupação da fazenda São Joaquim, porém o grupo do MST, por ser remanescente da primeira ocupação, e sentindo-se no direito, a qual a própria situação o impunha, pressionava a coordenação para que fosse tomada alguma atitude, ou seja, para que a área não lhes fosse “escapada” novamente, e dessa vez, não por policiais através do despejo, mas pelo outro grupo de sem terras representado pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra – MAST, que é um movimento dissidente do MST.

A relação da população de Terra Rica para com os sem terra, foi, num primeiro instante, de discriminação. A confiança da população para com os assentados foi conquistada ao longo do tempo, através do modo de agir dos trabalhadores. Gilmar Kieling fala sobre esse processo de “conquista”, dos assentados para a mudança de atitude da população de Terra Rica na maneira de encarar a relação de convivência com os assentados. Ele diz:

E uma coisa que eu num posso dexá de falá, foi que quando nós chegamo aqui em Terra Rica, a rejeição nossa foi muito grande. “Nossa!”, o prefeito, o povo da cidade, a gente passava nos mercado da cidade, eles bachava a porta, eles fechava as porta do comércio da cidade, que os ladrão de terra, os invasores estão aí. Então, foi uma luta difícil, prá nós não foi fácil não, nós tocamo de conquistá o povo de Terra Rica, e graças a Deus, hoje nós é reconhecido, “Nossa!”, na cidade, o pessoal fais questão de negociá com a gente, isso que um tempo atrais, quando nós chegamo, bacharam as porta, hoje eles chamam prá gente comprá, prá gente negociá com eles. Então nós mudamo, tipo assim, a sociedade de Terra Rica que naquela época discriminava o povo sem-terra, os ladrão de terra, como eles diziam. Hoje a renda do município, tudo melhorô, a população de Terra Rica, que lembra que até hoje que a gente tem um pouquinho de influência na política, se não fosse os sem-terra tê chegado no município de Terra Rica, já tinha perdido a comarca, por falta de população. A população tava diminuindo demais. Então, naquela época foi difícil, mais hoje graças a Deus, tá bom, posso dizê que eu tô contente daquilo que eu consegui, de todo o nosso pessoal que tá aqui (KIELING, 2004).

O PÓLO DE PARANACITY

Dentro da área de abrangência dessa pesquisa, ou seja dos 29 municípios que compõem a região Noroeste do Paraná, microrregião geográfica de Paranaíba, estão somente 3 dos assentamentos que fazem parte do Pólo de Paranacity. Esses assentamentos estão distribuídos em três municípios da seguinte maneira. No município de Jardim Olinda há o assentamento Mãe de Deus, fundado em 11-01-1999. No município de São João do Caiuá, existe o assentamento Taperivá que teve o seu ato de criação em 10-11-1999 e no município de Paranacity o assentamento é o Santa Maria, onde há a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda – COPAVI, fundada em 10-07-1993.

A história da ocupação das terras das fazendas dos dois primeiros assentamentos, Mãe de Deus e Taperivá não foge a regra das demais ocupações ocorridas no Noroeste, parte das famílias são do sudoeste do Estado e parte são brasiguaias que uniram-se na luta pela terra e ocuparam os latifúndios improdutivos da parte leste do Noroeste do Paraná. João Lopes da Silva⁹ relata a ocupação do atual assentamento Mãe de Deus.

Bom, viemo aqui pró Noroeste do Paraná, nós viemo do Paraguai sabe, uma boa parcela veio do Paraguai, se ajuntemo com uma turma do Sul, de perto de Ponta Grossa e vem inrolano, de barraco em barraco, acampamo. Nós saímo do Paraguai numas 1.200 família, ajuntemo com mais um ôto povo aqui numa cidade por nome de Ibema, tinha mais umas 800 família, aí a gente se dividiu no meio das estrada né, uns foi prá umas parte, ôtros foi prá ôtra. Aí cheguelo aqui no Noroeste do Paraná, aí em Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, fiquemo ali numa ocupação, daí nós cheguelo aqui no município de Jardim Olinda, em 99 foi quando nós acampamo. Ocupemo essa área aí 5 hora da madrugada, cedo né. Entremo prá dentro com umas mil e pocas família e virô acampamento. Então quando nós cheguelo, essa fazenda ela vivia na mão do latifundiário, era uma fazenda abandonada, uma fazenda de boi né, mais muito matagal, o homem aí não pagava nada da fazenda, ela não era produtiva, ela era improdutiva né. Fiquemo ali, o primeiro ano, nós já fizemo 100 alqueire de terra e comecemo a plantá. Com 10 meis de ocupação, saiu a posse da terra pra nós (SILVA, 2005).

A ocupação da fazenda Santa Maria no município de Paranacity, localizada a poucos quilômetros do perímetro urbano, ocorreu com famílias oriundas de municípios do sudoeste do estado. Algumas dessas famílias já faziam parte da militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. “Na verdade, eu comecei a participar do movimento em 84, a gente já fazia parte do sindicato dos trabalhadores rurais, no município de Capanema lá no sudoeste do estado, e a gente ajudava a organizá as famílias prá ir pró movimento” (PARCIANELLO, 2005). A antecedência das famílias,

⁹ João Lopes da Silva, conhecido como Pernambuco, é assentado no assentamento Mãe de Deus no município de Jardim Olinda. Concedeu-nos a entrevista sobre o assentamento Mãe de Deus no acampamento Quilombo dos Palmares no dia 27-01-2005. Este acampamento, (no período da entrevista) contém aproximadamente mil famílias acampadas e fica próximo ao assentamento Mãe de Deus.

antes de chegar a Paranacity é relatada por Solange Parcianello¹⁰, (2005).

Foi uma grande ocupação lá em Inácio Martins, no centro do Paraná né, e lá a gente ficou 2 anos acampados lá. Depois de lá, nós partimos prá uma outra área, lá na região oeste, Lindoeste, a gente ocupou uma área lá, onde criamos uma cooperativa também, ficamos mais 2 anos lá, mais também não caberia todas as famílias dentro do assentamento, quando foi se legalizando, e daí em 92 apareceu essa área.

O MST tomou conhecimento que a referida área, uma fazenda de 98 alqueires, já tinha sido desapropriada pelo INCRA, e já estava com emissão de posse, porém a prefeitura do município havia arrendado a terra para usineiros e em toda a sua extensão havia plantação de cana-de-açúcar. Então, o movimento fez uma proposta de ocupação para algumas das famílias que tinham interesse em trabalhar coletivamente e no dia 19 de janeiro de 1993 a fazenda Santa Maria foi ocupada. Os detalhes da ocupação é Solange quem relata, ela diz:

No primeiro momento então a gente ocupô com 16 famílias mais apoio do movimento, de várias outras áreas que o pessoal veio nos dar apoio né, e a gente ficou aqui, basicamente 1 ano e 4 meses ainda assim acampada e com todo o processo. Por mais que a área já tava desapropriada e já tinha emissão de posse, mais daí tinha um rolo aqui com as famílias do município, principalmente com o sindicato, alguns vereadores, porque anos atrás tinha-se ocupado essa área né, na berada da estrada, aí teve um acordo entre alguns político prá tirá as família, mandá as família prá casa e daí quando saia a desapropriação voltariam. Só que a desapropriação saiu em 88, nós chegamos em 93, tava cheio de cana ainda. Então, num primeiro momento assim teve uma... vamo dizer, uma discordância de algumas dessas família que se revoltaram, porque daí o movimento tinha ocupado né, e daí foi basicamente 1 ano e 4 meses fazendo esses acordo né. Daí primeiro o INCRA veio com uma proposta de assentá 50 família, nós achamo inviável, porque hoje a gente tá com 20 família e não é fácil sobreviver em cima de 98 alqueires. Uma porque o solo daqui é pobre, então não aceitamos de maneira alguma, e daí em maio de 94 é que se regularizô como assentamento, com as famílias. E a gente já no período de 93 nós continuamo, mesmo com todo esse negócio mais político, vamo dizê de fica ou não fica a gente foi se organizando, trabalhando. Num primeiro momento nós trabalhava de bóia-fria, prá nossa sobrevivência, mais não dexando de discutir o ponto forte que era o que nós tinha vindo prá cá, que era criar uma cooperativa (PARCIANELLO, 2005).

No ano de 1993, as famílias tentaram negociar com a usina que havia arrendado a fazenda a retirada da plantação de cana-de-açúcar. Esta plantação deveria ser retirada no período da colheita, ou seja no mês de maio. A intenção das famílias não era apropriar-se da plantação de cana que pertencia à usina, elas lutavam somente pela terra. Os meses foram passando e o pedido de retirada da plantação não era atendido, como não conseguiram fazer acordo, começaram a atear fogo e a derrubar a plantação. Para esse feito contaram com ajuda de acampados e de assentados do município de Teodoro Sampaio, município este que pertence ao estado de São Paulo, mas que tem uma certa proximidade de Paranacity.

Conforme Solange “a usina, acho que deve tê ganhado muito mais com a indenização”.

Após esse trabalho de derrubada da cana, as famílias começaram a preparar a terra para plantar, concretizando aos poucos o trabalho pelo qual estavam lutando, a cooperativa. No mesmo ano, em 1993, no dia 10 de julho a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda – COPAVI, que é o “carro chefe” do assentamento, expressão esta utilizada pelos assentados, foi fundada. Estudando a forma de trabalho coletivo em assentamentos rurais no Noroeste, Serra e Viana (1997, p.43) referem-se à implantação da COPAVI, afirmando que uma vez implantada a cooperativa, os próprios assentados, sob a coordenação da Cooperativa Central de Reforma Agrária – CCA, elaboraram um

¹⁰ Solange Luiza Parcianello, é assentada no assentamento Santa Maria, e faz parte das primeiras famílias que chegaram em Paranacity para ocupar a atual área do assentamento. Concedeu-nos a entrevista no dia 27-1-2005, na secretaria da COPAVI.

estatuto em que nele se estabeleceu as normas pelas quais o assentamento e os assentados seriam regidos. Desse momento em diante foi adotado um sistema de trabalho em que os trabalhadores foram divididos em três setores: o de produção, comercialização e o de administração. Cada um desses setores foi sub-dividido em sub-setores onde cada assentado cumpriria sua jornada de trabalho em sistema de rodízio e dando prioridade a sua afinidade para o trabalho escolhido.

Nos primeiros anos as famílias tiveram que dispor da ajuda de outras pessoas, até “criarem força”. As primeiras vacas conseguidas eram para a alimentação infantil, e o restante do leite foi o que proporcionou os primeiros passos da cooperativa, pois a sobra era vendida nas casas e com o dinheiro adquirido as famílias começaram a se manter. Paralela à venda do leite começaram a plantar verduras, e organizar uma horta orgânica, mas o que realmente firmou essas famílias para que houvesse a concretude da cooperativa foi o resultado de 11 alqueires de mandioca que conseguiram plantar no primeiro ano.

Trabalhando de forma coletiva e organizada, as famílias conseguiram apoio da população e do prefeito da cidade, à época o senhor José Bonifácio Moron, e em 1994 o INCRA reconheceu as famílias que ali estavam e o assentamento Santa Maria foi concretizado, e com ele a COPAVI.

A primeira razão que conduziu esses camponeses sem terra a dividir a propriedade e optarem por uma forma coletiva de vivência, sem dúvida, é o fato de todos terem um objetivo em comum. Antes de chegarem a Paracity, eles dividiam o mesmo ideal, que era a luta por uma reforma agrária que mudasse a realidade, e viam na forma coletiva que as possibilidades poderiam ser realizadas. Antes mesmo de conseguirem o assentamento e concretizar a cooperativa todos dividiam uma mesma condição de exclusão, eram todos sem terra ou sem emprego e somente a união mudaria a realidade de exclusão social a que estavam submetidos.

Atualmente (período da pesquisa) o assentamento possui 20 famílias trabalhando coletivamente. Dessas 20 famílias, 11 estão desde o princípio, o restante, não se adaptaram ao trabalho coletivo e então preencheram seus lugares outras famílias de outros assentamentos e até mesmo de operários. Discorrendo sobre o trabalho coletivo na cooperativa Solange (2005), afirma que o momento mais difícil do trabalho coletivo é aquele em que a pessoa tem que mudar a maneira de ser e conseqüentemente mudar de atitude. O indivíduo vem de uma sociedade que o educa para pensar “no meu” e no trabalho coletivo esse indivíduo vai mudar a maneira de pensar, não mais pensando “no meu” e sim “no nosso”. Essa fase de mudança, na maioria dos casos, radical de pensamento é o que torna, num primeiro instante o trabalho coletivo mais difícil, mas falando das vantagens de um trabalho coletivo, Solange (2005), afirma:

mas por outro lado, a gente vê as vantagem que nós temo né, de trabalhar numa forma cooperada em relação a maioria dos assentamento que trabalha individual. Quando nós chegamo aqui, uma, que a área era cheia de cana, não tinha uma árvore plantada, não tinha uma cerca, não tinha uma casa, não tinha nada né e 12 anos a gente taí aí com um grande patrimônio, que conseguimos por nós sê organizado. Se a gente fosse tá individual, com certeza nós, muitas famílias tinha desistido daqui, porque não tinha sobrevivido em cima desse solo. E tem um outro lado que gente tem uma vantagem muito maior que é o social. Quando se trabalha dentro de um grupo coletivo, você tem uma participação social muito maior, tanto das mulheres, quanto das crianças, nós mulheres aqui na COPAVI a gente têm a mesma participação que os homens, que os individual é os homem que decide sobre a produção, é os homens que decide sobre os projeto, é os homens que vão, que compra e vende, e nós não. Nós temos mulheres na direção, nós temos mulheres no setor de produção que tem a mesma opinião, a mesma capacidade, a mesma formação né, então isso prá nós é muito importante, e prá crianças também, eles crescem no meio de uma comunidade que tem uma visão muito maior, mais ampla, tanto na linha de formação política, quanto no desempenho do trabalho também.

Detalhe importante para ser destacado é a forma que as refeições são realizadas na COPAVI. São três refeições diárias, duas delas, o café da manhã e o almoço são realizadas no refeitório comunitário, e o jantar “que segundo normas internas, deve ser feito em família, cada um recebe uma cesta básica com produtos cultivados no próprio assentamento, incluindo verduras, frutas, legumes, carnes e leite” (SERRA e VIANA, 1997, p.43). A infra-estrutura da COPAVI, atualmente é composta por um grande patrimônio como assim se referem os assentados: Existe uma agrovila, onde habitam os assentados, em que a maioria das casas são de alvenaria e possuem vários eletrodomésticos, o que proporciona uma boa qualidade de vida. A secretaria da COPAVI é equipada com telefone, fax, computadores permitindo uma rápida comunicação. Há também o refeitório coletivo.

No que se refere à produção de gêneros alimentícios há uma horta orgânica bem estruturada e com sistema de irrigação; uma estufa para a produção de mudas de legumes e verduras, uma área destinada à criação de gado leiteiro, que inclui uma ordenhadeira mecânica; uma área destinada à criação de aves e de suínos, e também uma área destinada à plantação de cana-de-açúcar.

Essas matérias de base vegetal e animal são transformadas em produtos alimentícios na própria cooperativa, que levam a marca da COPAVI, pois esta dispõe de abatedouro de aves; usina de derivados de leite e respectivo empacotamento; um secador de frutas que as transforma em passas; uma cozinha equipada para a produção de doces, pães e bolachas e também uma cachaçaria. Dentre os vários produtos da Copavi há: leite pasteurizado, integral, fondant de leite, iogurtes, queijos, açúcar mascavo, rapadura, melado de cana, cachaça, banana passa, geléias, doces, hortaliças, frutas e panificados. Todos esses produtos são comercializados na própria COPAVI, nas feiras de produtores que ocorrem na cidade de Paranacity e a cachaça (no período da pesquisa) já estava sendo preparada para ser exportada e ganhar o comércio internacional.

As crianças da COPAVI, estudam em uma escola na cidade de Paranacity. O motivo das crianças estudarem na cidade de Paranacity são dois: primeiro, pelo fato de serem em poucas famílias o assentamento não consegue disponibilizar uma escola dentro do assentamento e segundo o fato de ser próxima à cidade facilita a educação formal das crianças.

Embora as crianças estudem na escola da cidade, há uma preocupação por parte das famílias da COPAVI que essas crianças tenham uma maneira diferente de pensar a realidade, ou seja, a mesma ideologia de seus pais, uma ideologia de transformação social, para isso existe uma pessoa do assentamento que acompanha essas crianças, três vezes por semana no período da tarde. Essa pessoa, têm como finalidade oferecer às crianças um reforço educacional nas tarefas escolares e também passar às crianças um pouco da ideologia da COPAVI, principalmente no que se refere à questão de preservação do ambiente pois

A gente tem desde o início uma visão diferente, nós temo que trabalhá diferente, não só na forma de organização, mais de defendê a questão ecológica né, e a gente vem trabalhando prá isso, e agora nós estamos com o processo totalmente voltado prá área ser totalmente ecológica, e com isso a gente trabalha no dia a dia com as crianças. Eles tão envolvido em algumas atividade junto com nós, principalmente quando é plantá árvore, a gente leva crianças de 7, 8 anos junto prá eles tá percebendo, e a gente tenta envolvê eles na questão do lixo, de ensiná a separação do lixo. A importância de tudo isso a gente tem trabalhado com as crianças, prá eles crescê com essa visão né (PARCIANELLO, 2005).

A Copavi representando na pessoa jurídica os ideais das pessoas físicas que habitam o assentamento Santa Maria, tem como preceito ser: socialmente justa, ecologicamente ética e economicamente viável. Segundo a Copavi (2005), para ser socialmente justa seus princípios são:

- Praticar a solidariedade e agir contra qualquer injustiça, agressão e exploração contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
- Cuidado com as pessoas e com o meio ambiente está sempre presente no dia-a-dia da COPAVI, garantindo a equidade entre gênero, geração e etnia.
- A participação social e igualitária nas decisões da cooperativa é a garantia da unidade e dos princípios da organização.
- Homens e mulheres, mulheres e homens, construindo uma nova realidade de divisão social do trabalho, baseado na igualdade de direitos e no respeito das diferenças.

Para ser uma cooperativa ecologicamente ética, seus princípios são baseados nos seguintes itens:

- Desenvolvendo ações de preservação e recuperação da terra e dos seres vivos, demonstramos nossa subordinação à terra conquistada e as gerações futuras.
- Na produção agroecológica contribuimos com as pessoas proporcionando um alimento mais rico e mais saudável, e com a natureza através de práticas agrícolas sustentáveis.
- Com a compreensão de que a água é um bem não renovável e indispensável à vida, buscamos a sua proteção e seu uso racional.
- Preservar as matas existentes e reflorestar novas áreas, além de tratar adequadamente o lixo, deve ser uma prática inerente a quem quer contribuir para melhor qualidade de vida dos seres vivos.

E por fim, para ser economicamente viável, transforma as ações em princípios, sendo eles:

- A prática da justiça social, refletindo nas atividades econômicas da Copavi. Produzindo e comercializando com respeito à comunidade, a Copavi trabalha com sensibilidade ao praticar a venda direta aos consumidores, proporcionando laços de confiança entre a cooperativa e a sociedade.
- Na nossa concepção, economicamente viável não é somente medido através da remuneração individual do trabalho, mas, mede-se através de um conjunto de garantias econômicas, sociais e políticas que possibilitam a qualidade de vida das famílias.
- Trabalhando com dignidade, construindo o próprio caminho, sem exploradores nem explorados.

Diante do que conseguimos visualizar de uma prática de vida que contraria a vivência dentro de um modo capitalista de produção, os assentados do assentamento Santa Maria dizem

Além de produzirmos alimento para o corpo, também proporcionamos alimento para a esperança, pois possibilitamos aos nossos visitantes e a comunidade local uma experiência diferente de vivência e de participação social. Bem como de uma nova forma de organização e relação do trabalho e de um novo jeito de produzir em equilíbrio com a natureza. Elevando a cooperação muito acima da competição, demonstramos na prática que um outro mundo é possível (COPAVI, 2005).

Por esta forma de trabalho, visando o desenvolvimento social aliado a uma constante preocupação da sustentabilidade do ambiente em que vivem, fungindo dos modismos dos discursos de preservação ambiental e trabalhando na prática para preservação desse ambiente a Copavi foi, no ano de 2000, contemplada com o Prêmio Internacional de Inovação Tecnológica, concedido pela Associação dos Engenheiros da Catalunha na Espanha.

Essa nova ocupação espacial do Noroeste do Paraná, através dos resultados obtidos com sua organização tem feito a população regional mudar a opinião contrária em relação ao MST, esse depoimento confirma tal afirmação.

O comércio ganhou muito com os sem terras, o comércio, não adianta querer dizer que não, porque é uma realidade, o comércio ganhou muito. Porque os sem terras que são organizados, eles produzem, eles construíram as casas, têm casinhas lindíssimas, com parabólica, com luz elétrica, água, a horta, o jardim e o pomar (SOUZA, 2001).

A nova ocupação do Noroeste do Paraná através da sua organização conseguiram concretizar, afora os acampamentos, 28 assentamentos de reforma agrária, distribuídos por 12 municípios. Esses assentamentos, segundo dados apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA no ano de 2004, ocupam uma área total de 33.838,94 hectares dando condições de trabalho a 1.311 famílias camponesas.

Referências Bibliográficas

- ANGHINONI, Celso. [Entrevista concedida em 16 de março de 2002]. 2002.
- ANGHINONI, Celso. [Entrevista concedida em novembro de 1998]. 1998.
- CONTE, Olmiro. [Entrevista concedida em 19 de junho de 2004]. 2004.
- COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA LTDA – COPAVI. **Copavi, socialmente justa, ecologicamente ética, economicamente viável.** Material de divulgação impresso. Paranacity, 2005.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu.** 2 ed. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.
- GOMES, Benedito. [Entrevista concedida em 27 de maio de 2001]. 2001.
- GOMES, Horieste. **Reflexões sobre teoria e crítica em geografia.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- GONÇALVES, Sérgio. **O MST em Querência do Norte – Pr: da luta pela terra à luta na terra.** 2004. 338 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.
- HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense.** Maringá: Massoni, 2002.
- KIELING, Gilmar Luiz. [Entrevista concedida em 3 de julho de 2004]. 2004.
- LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** 3 ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARCK, Paulo Espedito de. [Entrevista concedida em 1 de junho de 2005]. 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária hoje.** 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
- PARCIANELLO, Solange Luiza. [Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2005]. 2005.
- PEIXOTO, Edilson Aparecido Pereira. [Entrevista concedida em 2 de junho de 2001]. 2001.
- ROSA, Maria Cristina. **Semeando os fios (re)colhendo a trama: estudo da produção de algodão no assentamento de boias frias de Querência do Norte, 1983-1988.** 1990. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1990.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERRA, Elpídio. Extremo Noroeste do Paraná: dos conflitos pela posse da terra aos conflitos pela reforma agrária. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais**, CD...São Paulo. 2005.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de geografia**, Maringá, ano 10, n.1, p. 61-93, 1992.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SERRA, Elpídio; VIANA, Gessilda. A Reforma Agrária no Noroeste do Paraná e o Assentamento de Paracity. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 15, n.1, p.41-45, 1997.

SILVA, João Lopes da. [Entrevista concedida em 27 de janeiro de 2005]. 2005.

SOUZA, Lourdes Maria de. [Entrevista concedida em 20 de abril de 2001]. 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária hoje**. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.